

Representação política no DF

Se não bastassem os problemas que nos assolam a cada dia e a velha seca que já vem chegando, ainda surgem curto-circuitos no governo e o chope rola farto. Rola o chope e rola a cabeça menos coroada. A Cidade Estrutural prometida pelos políticos nos oferece o risco de desestruturar a harmonia do projeto original da capital. Só para lembrar: "Um pólo de desenvolvimento e difusor de progresso no Planalto Central". Deveria ser assim. As indústrias fora do Entorno direcionando a migração para fora e não para dentro. É preciso ter coragem para vetar o projeto.

O Tribunal Superior Eleitoral, por meio da subcomissão que examina a questão eleitoral em todo o País, recolocou a discussão sobre a representação político do Distrito Federal. O artigo 26, e parágrafos 1º e 2º da Constituição de 1946, previa que o Distrito Federal seria administrado por um prefeito de nomeação do Presidente da República, e teria Câmara eleita pelo povo, com funções legislativas. Prevvia, ainda, que a nomeação somente se daria após a aprovação pelo Senado Federal da indicação proposta pelo Presidente da República. Funcionava bem e o povo não se achava diminuído em sua cidadania de vez que elegia o Presidente e os vereadores. Alegar-se, hoje, que isto são resquícios da ditadura não é essencialmente verdade. A verdade é que o sistema foi bem usado na democracia de Getúlio e Juscelino sem grandes problemas. A parte da ditadura foi ruim, é

**O presidente
escolherá
alguém ligado a
seu projeto
político e
identificado com
a Capital**

verdade. Porém, a parte da democracia foi boa, e hoje vivemos em plena democracia e, com certeza, o

Presidente democrata escolherá alguém vinculado aos seus projetos políticos nacionais e igualmente envolvido com o povo e os interesses da capital.

Não será muito difícil tratar da questão abertamente e sem demagogia, perante a população do Distrito Federal. É necessário abriremos o debate com sinceridade e coragem, para que possamos ter uma cidade melhor administrada e com os necessários recursos federais para o seu funcionamento. As dificuldades que vivemos hoje, apesar dos esforços dos governantes e políticos, não terão fim enquanto não transformarmos o Distrito Federal em um exemplo de harmonia e interesse público para todo o povo brasileiro. A proposta da subcomissão do TSE não é definitiva e pode ser aperfeiçoada, mas desde logo deve ser esclarecido que ela foi elaborada por juristas e técnicos respeitados por todos e acima de qualquer suspeita de interesse pessoal ou político, além de ter mexido em todas as representações estaduais e não somente na de Brasília. A questão não é regional, é nacional e servirá para melhorar as relações dos políticos com os seus eleitores e de toda a Nação com os seus governantes. Basta coragem e desprendimento para aceitar e fazer mudanças.

■ **Paulo Castelo Branco** é advogado e presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/DF